

Pacote da violência fica adiado

Senado faz esforço na terça e vota projetos aprovados na Câmara

Durante 26 horas de votação, a Câmara dos Deputados aprovou nos dois dias de esforço concentrado 138 projetos e examinou 151. Sem número suficiente de deputados na Casa, na terça-feira, o esforço ficou restrito a quarta e quinta, com sessões até de madrugada. A última terminou ontem às 02h40m, com apenas 16 exaustos deputados em plenário.

Nas cinco sessões extraordinárias e uma ordinária, projetos importantes com grande repercussão social foram aprovados, mas o polêmico projeto da estabilidade no emprego certamente não será sancionado pelo Presidente da República. Antes, como todos os outros, ele será apreciado pelo Senado que iniciará também um novo esforço concentrado a partir de terça-feira. O mais provável é que o projeto da demissão imotivada, de autoria do líder do PMDB, Pimenta da Veiga, fique engavetado naquela Casa por mais um longo tempo.

PACOTE ADIADO

De autoria do Governo Federal, foram aprovados 26 projetos, entre eles a licença para o presidente José Sarney se ausentar do País e o projeto que concede dedução no Imposto de Renda para os investimentos em cultura, conhecido como "Lei Sarney".

No entanto, o pacote contra a violência, que o Governo encaminhou ao Congresso esta semana, não pode ser apreciado neste esforço concentrado. O líder do PMDB, Pimenta

da Veiga, não conseguiu convencer os líderes do PDT, Matheus Schmidt, e do PTB, Gastone Righi, a assinarem o requerimento com pedido de urgência para que o pacote fosse incluído na pauta. Os líderes alegaram que precisavam analisá-lo melhor.

O pacote contra a violência modifica a Lei Fleury; introduz alterações nos códigos Penal e de Processo Penal, dispõe sobre as atividades de vigilância armada e sobre medidas de criminalidade violenta. Agora, somente no segundo semestre, provavelmente em agosto, quando deverá ser realizado um novo esforço concentrado, o pacote poderá ser apreciado.

MAIS IMPORTANTES

Foram aprovados também projetos considerados polêmicos e importantes como o que regulamenta a propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão para as próximas eleições e o projeto do deputado Manoel Costa (PMDB-MG), definindo os crimes e penas para os candidatos que cometerem abuso do poder econômico nas próximas eleições.

O projeto que regulamenta o pagamento dos royalties do petróleo aos Estados e municípios confrontantes com as plataformas marítimas, também dependeu de acordos partidários para ser aprovado. Os motoristas de táxis foram beneficiados com a isenção do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados, para aquisição de veículos a álcool.

Um outro projeto que ficou pendente do último esforço concentrado foi o que suspende as execuções de sentença em ações de despejo nos imóveis alugados, desta vez aprovado sem problemas. De autoria do Governo, a Câmara aprovou o projeto que estabelece o subsídio para o leite.

Apesar da pressa em que as matérias foram apreciadas, a maioria delas sem discussão e passando-se por cima de normas regimentais, o saldo desse esforço concentrado pode ser considerado positivo: de um pauta de 237 projetos, emperrada há bastante tempo por falta de quorum para votação, 151 foram apreciados 138 aprovados.

Desse "bolo", foram aprovados vários projetos autorizando o Governo a criar universidade e escolas técnicas federais; outro que obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos postos à disposição do consumidor; além de vários projetos beneficiando trabalhadores com alterações na CLT. Também foram criadas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho e os respectivos tribunais. Também passaram projetos que só servem para confundir o paladar dos brasileiros como os dois que determinam a mistura de farinha de milho e de farinha de soja à farinha de trigo.

Mais informações sobre os projetos regulamentando a propaganda eleitoral e proibindo o abuso do poder econômico nas eleições, está na Pág. 3